

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, "a" e "i" da Lei n. 14.133/2021).

Contratação de empresa para o fornecimento **DE KITS DE HIGIENE ORAL**, destinados a atender a unidade de Coordenação do NEPS, visando o **PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA**, através de pregão eletrônico, durante o período de 12 meses, conforme características Indicados neste Termo de Referência.

ITEM	QUANT	UND	ESPECIFICAÇÃO
1	7600	KIT	KIT DE HIGIENE ORAL COMPOSTA POR: - CREME DENTAL 30G SABOR MENTA - ESCOVA DENTAL BRANCO TAMANHO 15CM - FIO DENTAL TAMANHO 100m, COMPOSIÇÃO: RESINA TERMOPLÁSTICA, PARAFINA, SABOR MENTA. - SACO PLÁSTICO TAMANHO 10CM X 15CM TRANSPARENTE PARA ARMAZENAMENTO DO KIT

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

A coordenação do PSE e de odontologia do município destacam que as ações de saúde bucal voltadas ao público infantil tem reflexos positivos na promoção da higiene e cuidado oral. A prevenção das doenças bucais através da higienização é o mecanismo mais simples, barato e inteligente de atenção à saúde. Ademais, destaca-se a necessidade de ensinar e motivar hábitos de higiene bucal às crianças. Os métodos de educação e motivação têm a finalidade de esclarecer os pacientes sobre as doenças bucais e mudar seus hábitos de higiene.

Os resultados dessas ações são significativos, quando conseguem promover mudanças positivas no comportamento dos alunos da rede pública municipal aldeense. A implementação de atividades de educação para saúde bucal em escolas oferece às crianças o conhecimento sobre os meios efetivos para evitar as doenças bucais e o que irá refletir na melhoria dos indicadores de saúde bucal para o município. Diante do exposto, a aquisição destes kits, justifica-se pela necessidade da realização das ações de saúde bucal previstas pelo PSE.

Desta forma, justifica-se a essencialidade e o interesse público na referida aquisição e encaminha-se solicitando a contratação direta.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021).

Com base no ano letivo de 2022 e 2023 onde estão sendo realizadas ações de saúde bucal nas escolas de educação infantil e considerando a pactuação realizada para o PSE pressupondo ações nos dois anos do biênio (2023/2024) e considerando o último mapa estatístico gerado pela Secretaria Municipal de Educação, estima-se as seguintes



quantidades a serem contratadas:

<i>Técnica quantitativa para kits de higiene oral PSE</i>	
Total de alunos da creche matriculados em 2023	1045 alunos
Total de alunos do pré I e II matriculados em 2023	2105 alunos
Reserva (15%), pressupondo o aumento populacional e consequentemente no número de matrículas	550 kits extras
Total de kits ser licitado para o Programa Saúde na Escola	3700 alunos

Para as ações de educação em saúde bucal preventivas nas unidades básicas de saúde, estima-se as seguintes quantidades a serem contratadas:

<i>Técnica quantitativa para kits de higiene oral Equipes de APS</i>	
Número de unidades de saúde	26 unds
Total de usuários contemplados por unidade	150 unds
Total de kits ser licitado para ações nas unidades básicas de saúde	3900 kits
TOTAL DE KITS A SER LICITADO	7600 KITS

4. DO VALOR ESTIMADO

O valor inicial estimado para a presente contratação é de R\$64.448,00 (sessenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e oito reais), conforme se verifica através da primeira pesquisa de mercado constante nos autos do processo em epígrafe.

QUANT	UND	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
7600	KIT	KIT DE HIGIENE ORAL COMPOSTA POR: - CREME DENTAL 30G SABOR MENTA - ESCOVA DENTAL BRANCO TAMANHO 15CM - FIO DENTAL TAMANHO 100m, COMPOSIÇÃO: RESINA TERMOPLÁSTICA, PARAFINA, SABOR MENTA. - SACO PLÁSTICO TAMANHO 10CM X 15CM TRANSPARENTE PARA ARMAZENAMENTO DO KIT	R\$ 8.48	R\$ 64.448,00
TOTAL				R\$ 64.448,00

5. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:

O instrumento oriundo deste Termo de Referência terá vigência de 3 (três) meses a partir do recebimento da primeira **ORDEM DE FORNECIMENTO** emitida pelo Contratante.

A Contratante pretende, ainda, substituir o instrumento contratual por nota de empenho, haja vista a contratação se dar através de dispensa de licitação em razão do valor, na forma do artigo 95, I, da Lei 14.133/2021.

6. DA EXECUÇÃO DO FORNECIMENTO

Os itens destinados ao **Núcleo de Educação Permanente (NEPS)** deverão ser entregues no Departamento de Almoxarifado, Patrimônio e Arquivo da Secretaria Municipal de Saúde de São Pedro da Aldeia, localizado na Rua João Martins, nº 230, Loja, Centro, São Pedro da Aldeia – RJ, de Segunda à Sexta 08 às 16 horas, exceto em feriados.

O fornecimento será efetuado de forma **única e integral**, com prazo de entrega não superior a **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.

O fornecimento contratado será prestado na forma, dia, horário e local disposto na Ordem de Fornecimento, esta que será emitida conforme a necessidade desta Secretaria Municipal de Saúde.

Os itens deverão ser alocados em local adequado que impeça a sua deterioração até o momento do seu uso. A entrega será feita mediante requisição da contratante por ordem de fornecimento, e-mail ou outro meio que se julgar apto.

O fornecimento prestado pela Contratada será conferido pelo órgão requisitante, que verificará sua conformidade, no que diz respeito à quantidade, qualidade, bem como demais especificações constantes neste Termo de Referência.

O objeto entregue em desconformidade no que diz respeito à quantidade, qualidade ou demais especificações constantes neste Termo de Referência não serão recebidos pela Coordenação do NEPS, ficando a contratada, neste caso, obrigada a promover a regularização da inconformidade no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a constatação do fato que deverá ser registrado no livro de ocorrência da Coordenação do NEPS.

Não serão aceitos objetos suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado aos administrados, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na Lei Federal n.º 6.437/77 e crime previsto no Código Penal, a ser apurado na forma da Lei.

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante da Secretaria Municipal de Saúde, especificamente designado para tal.

O fornecimento prestado deverá ser acompanhado da competente nota fiscal, em três vias, bem como cópia do empenho, discriminação dos objetos de acordo com empenho e os dados bancários para pagamento: BANCO/AGENCIA/CONTA CORRENTE;

Nas notas fiscais deverá constar o número do contrato e/ou da Nota de Empenho, o fornecimento, o valor unitário, a quantidade, o valor total, e a informação de que o fornecimento será prestado em favor da Secretaria Municipal de Saúde;

A Contratada, quando não cumprir os prazos e parâmetros estipulados para prestação do fornecimento do objeto

A Contratada, quando não cumprir os prazos e parâmetros estipulados para prestação do fornecimento do objeto da licitação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes; e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência; sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada obriga-se a:

- a) Prestar o fornecimento objeto deste de acordo com os padrões de qualidade aceitáveis, e em conformidade com as especificações exigidas e constantes neste Termo de Referência, bem como com as propostas apresentadas;
- b) Executar o contrato na forma estabelecida por este termo de referência;
- c) Colocar à disposição da Secretaria Municipal de Saúde – SESA, todas as informações acerca da prestação do fornecimento, quando solicitado;
- d) Informar à Secretaria Municipal de Saúde – SESA, eventual alteração de sua razão social, de seu controle acionário ou de mudança de sua diretora ou de seu estatuto, enviando cópia autenticada da certidão da Junta comercial ou do cartório de registro civil das pessoas jurídicas.
- e) Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões até o limite fixado no artigo 125 da Lei nº 14.133/2021;
- f) Responsabilizar-se, em qualquer caso, por danos e prejuízos de qualquer natureza causados por seus empregados ao MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA/RJ, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, respondendo por si e seus eventuais subcontratados, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade, à fiscalização ou acompanhamento da CONTRATANTE, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990).
- g) Submeter-se à Fiscalização da CONTRATANTE para fiel consecução do objeto deste contrato;
- h) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência.
- i) Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

A Contrante obriga-se a:

- a) Requisitar a prestação dos fornecimentos, na forma prevista neste Termo de Referência;
- b) Exigir do contratado o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação;
- c) Efetuar o pagamento por ordem de fornecimento executada;
- d) Verificar a manutenção das condições de habilitação da empresa contratada;
- e) Aplicar penalidades ao prestador de fornecimento, por descumprimento contratual;

9. VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CUMPRIMENTO DO CONTRATO:

Para fins de verificação da conformidade, o objeto entregue será recebido na forma que segue:

- a) **Provisoriamente** – no ato da prestação do fornecimento pela Contratada, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações constantes no Termo de Referência.
- b) **Definitivamente** – no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, para verificação da qualidade do fornecimento executados, com consequente aceitação, na hipótese de não haver qualquer irregularidade, o que não exime a Contratada de reparar eventuais irregularidades constatadas posteriormente.

10. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

11. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Ficha:	1205
Fonte:	1500/1002
Programa de Trabalho:	10.301.058.2.409
Elemento:	3.3.90.30.99.00

12. DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO:

Os pagamentos serão efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, observado o disposto nos arts. 140 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, em 30 (trinta) dias após a verificação definitiva do cumprimento do contrato, desde que não haja fator impeditivo por parte da contratada.

O pagamento será efetuado através de ordem bancária, devendo a contratada identificar na nota fiscal o nome da Empresa, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito.

Por ocasião da apresentação da nota fiscal, a contratada deverá anexar a cópia da CND obtido junto ao INSS, bem como do DRF, obtido perante o FGTS (CEF), dentro dos seus respectivos prazos de validade. A não apresentação dos documentos citados implicará na retenção do pagamento.

Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com os pagamentos pendentes, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer documento, por culpa do prestador de fornecimento, o prazo de 30 (trinta) dias começará a ser contado a partir da data da respectiva reapresentação.

O recolhimento de impostos e contribuições municipais será realizado pelo contratante no momento do pagamento da nota fiscal/fatura onde será abatido o imposto e/ou contribuição devida, conforme determinação da Secretaria Municipal de Fazenda. Assim, deve a contratada ao emitir a nota fiscal/fatura, apresentar a alíquota e o valor a serem recolhidos.

13. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR (Art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade **pregão**, sob a sua forma **eletrônica**, com adoção do critério de julgamento **menor preço por item**;

14. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

A fiscalização da execução do objeto contratado caberá a comissão designada por ato da Secretária Municipal de Saúde. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

Demais atos de gestão e fiscalização do contrato deverão observar as normas municipais pertinentes e, na ausência destas, a normativa federal.

15. DAS PENALIDADES:

Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, o contratante poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no art. 156 Lei nº 14.133/2021:

- (a) Advertência;
- (b) Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou saldo não atendido do Contrato;
- (c) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;
- (d) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- (e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

A aplicação das sanções previstas nas alíneas "b" e "c" observará os seguintes parâmetros:

- 0,1% (um décimo por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea "c", sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

- 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplimento parcial da obrigação assumida;

- 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PMSPA/SELICC

Proc. nº 293/2024

Folha nº 34

Rub. 

Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA; e


- 0,1% (um décimo por cento) do valor do Contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato. (QUANDO FOR O CASO)
- As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

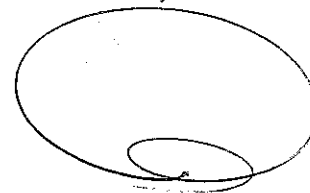
As sanções previstas nas alíneas "a", "d" e "e" do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas "b" e "c", e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

São Pedro da Aldeia, 26 de fevereiro de 2024,

Elaborado por:


Eremildom Junior
Chefe de Seção
Adm. Sec. de Saúde
Matr.: 41935

Eremildom Junior
Chefe de Departamento
Mat.: 41.935



Geraldo Lopes Vieira
Secretário Adjunto de Saúde
Mat. 37.879

APROVADO POR:


Maria Márcia Sampaio Fontes
Secretária Municipal de Saúde
Mat. 37.877